

ACTA NÚMERO 58

ACTA DA II SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE DOIS MIL E DEZ, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL

— Aos vinte e nove dia do mês de Abril de dois mil e dez, em Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, iniciou-se a II Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, pelas catorze horas e quarenta minutos. —

— O **Presidente da Assembleia** confirmou a **verificação de quórum**. Seguiu-se a **chamada** dos autarcas, tendo-se registado a presença dos seguintes: Carlos Alberto Salvador Pernes, Presidente da Mesa, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, Irina Nôel Matias Batista, Segunda Secretária da Mesa, José Miguel Martinho Pastoria de Azevedo, Manuel Luís Gutierres de Matos, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Sílvia Arminda Calado Frazão, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Nelson Pinheiro da Silva Lopes, Catarina Martins de Matos, Paulo Jorge Custódio Pinto, todos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Miguel Barradas Messias da Silva, em substituição, por ausência por período inferior a trinta dias, de António José Bastos de Oliveira Martinho, Dora Isabel Lúcio Morgado, Sónia Patrícia da Silva Ferreira e Nuno Manuel David Ganhão Vieira, eleitos pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, Joaquim Manuel Louro Cabeça, Bernardo António Serra Palheta e Vânia Sofia Semeano Castanheiro, eleitos pelo Partido Socialista e Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, eleita pelo Centro Democrático Social/Partido Popular. Estiveram, também presentes, os membros natos da Assembleia, Maria Leonor Carapinha Rodrigues Parracho Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, eleita pela Coligação Democrática Unitária, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista. —

— Faltou, justificadamente, mediante comunicação prévia ao Presidente da Mesa, o autarca Hélder Manuel de Oliveira Agapito, do Bloco de Esquerda. Registou-se a ausência inicial de Hélio Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, o qual integrou o plenário ainda no decurso do Período de Antes da Ordem do Dia. Assim, **os trabalhos iniciaram-se, na presença de vinte e três autarcas,**

sendo que todas as votações na sessão, incluindo as ocorridas no Período de Antes da Ordem do Dia realizaram-se na presença de vinte e quatro autarcas. —

— O **Presidente da Assembleia**, então, chamou a atenção dos autarcas para a **documentação constante das respectivas pastas individuais**. De entre a **correspondência remetida e expedida** mencionou, em especial, as várias respostas ao expediente administrativo referente aos votos de pesar pela tragédia natural que afectou na Ilha da Madeira, incluso lendo a remetida pelo Presidente do Governo Regional da Região Autónoma, enaltecendo o patriotismo do Povo Madeirense. —

— Seguiu-se a **apreciação e a aprovação da Acta da I Sessão Extraordinária da Assembleia do ano de dois mil e dez**, de dez de Março último, solicitando ao plenário a dispensa da respectiva leitura, o que foi aceite por consenso. Não se registaram intervenções pelo que a Acta foi votada e **aprovada por unanimidade**. —

— O **Presidente** iniciou, então, o **Período de Antes da Ordem do Dia**, solicitando a entrega na Mesa da documentação que as diferentes forças políticas com assento na Assembleia entendessem apresentar, discutir e votar no presente período da sessão, mencionando que a sua leitura seria feita por cada um dos proponentes, após o subperíodo inicial destinado às intervenções do plenário. —

— Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveram-se os seguintes autarcas: **Margarida Netto**, do Centro Democrático Social/Partido Popular, **Ricardo de Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, **Catarina de Matos**, da Coligação Democrática Unitária, **Vânia Castanheiro e Bernardo Serra**, do Partido Socialista, **Nelson Lopes**, da Coligação Democrática Unitária e **Sónia Ferreira**, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. —

— **Margarida Netto** referiu-se à fraca adesão dos membros da Assembleia à iniciativa *Limpar Portugal*, mesmo após a aprovação unânime de moção respeitante. Considerou que deveria ser dada mais atenção às pequenas lixeiras existentes pelo município e assinalou a existência lixeiras nas barreiras de terras junto à escola E.B. 2,3 Duarte Lopes e ao Centro Cutural/Quartel dos Bombeiros Voluntários, ambos em Benavente, bem como de *graffitis* vários. Mais, afirmou que deveria apostar-se na sensibilização dos cidadãos para estas questões, devendo-se ser persistente. —

— **Ricardo de Oliveira** começou por saudar as comemorações do Vinte e Cinco de Abril que decorreram dignamente na freguesia de Santo Estevão, bem como na sede do município e nas restantes localidades, tendo sido visível a maior participação das populações. Em segundo lugar, abordou a grave situação no acesso aos cuidados de saúde primários, em especial em Santo Estêvão, uma vez que a situação de doença prolongada da médica que servia o posto de saúde se mantém e, desde então, tem inexistido médico na freguesia, solicitando ao Executivo ponto de situação. Por último, reportou-se a questão abordada na reunião da Câmara Municipal de dezanove de Abril último referente a reclamações dos residentes da freguesia de Santo Estêvão sobre a distribuição postal, relatando as diligências várias que havia encetado, na tentativa de resolução dos casos concretos que lhe foram apresentados. Mencionou que aguarda, ainda, resposta por escrito aos pedidos de esclarecimentos feitos, tendo considerado que a circunstância de inexistirem reclamações exaradas no respectivo Livro, não pode desconsiderar aquelas que chegam aos eleitos locais, uma vez que é notório o mal estar das pessoas, bem como os prejuízos sentidos, exemplificando com os atrasos no recebimento das pensões, pelos idosos. Mais, disse que esta que é uma questão essencialmente administrativa que foi tornada política, por quem se escudou na pretensa indisponibilidade de contacto do Presidente de Junta, esclarecendo que esteve, está e estará sempre disponível para a resolução dos problemas dos seus fregueses, não se tendo esgotado todas as formas possíveis de o contactar, nomeadamente através das novas tecnologias. Convidou os responsáveis da distribuição postal local a entrar em contacto com as pessoas para as ouvirem. Vincou que enquanto Presidente de Junta de Freguesia irá sempre pugnar pela respeitabilidade daquela autarquia local. —————

— A autarca **Catarina de Matos** questionou o Executivo Municipal quanto ao ponto de situação relativo à implementação concreta das medidas apontadas pelo Agrupamento dos Centros de Saúde da Lezíria como vias de solução para as deficitárias situações de acesso aos cuidados de saúde primários nas diversas localidades do Município. —

— Usou, então, da palavra, a autarca **Vânia Castanheiro** para saudar a presença no plenário da Assembleia, da nova Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista, congratulando-se pelos resultados eleitorais obtidos. —————

— Seguiu-se a intervenção de **Bernardo Serra** que apresentou as seguintes situações, interrogando a Câmara Municipal: **1.** Cheiro intenso a estrume e praga de mosquitos, durante a noite na freguesia de Samora Correia; **2.** Pedido de intervenção dos serviços municipais e das Juntas de Freguesia na sensibilização das pessoas para a necessidade das alterações a ocorrerem na sequência dos processos de novas toponímia e numeração policial que têm vindo a ser feitos pela Câmara Municipal. —

— O autarca **Nelson Lopes** apresentou as seguintes situações e questões: **1.** Saudação à Primeira Secretária da Mesa pela assunção, no último dia vinte e sete de Abril, da presidência interina da Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, a qual decorreu condignamente; **2.** Entrada em funcionamento, em vinte e três de Abril último, do serviço *Empresa na Hora*, junto da Conservatória dos Registos de Benavente, considerando-o uma mais valia; **3.** Saudação ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão pela apresentação pública do novo sítio da autarquia na Internet e **4.** Apresentação de dois documentos, uma saudação e uma moção. —

— Por fim, **Sónia Ferreira** mencionou o Relatório Anual da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, assinalando os números da sinistralidade no ano passado, sendo que o distrito de Santarém apresentou a maior taxa e o município de Benavente se situa entre os que possuem uma taxa de mortes mais elevada, sendo apenas ultrapassado pelo município de Santarém. Assim, questionou o que a Câmara Municipal tem previsto para colmatar esta situação. —

— Foi, então, dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para responder às intervenções antecedentes. —

— Reportando-se à intervenção da autarca **Margarida Netto** afirmou ser desejável uma maior participação dos autarcas no tipo de iniciativas em causa. Afirmou que ele próprio acompanhou a iniciativa *Limpar Portugal*, tendo-se apercebido, em concreto, da sua importância, tendo sido evidente a falta de civismo dos cidadãos e até de empresas locais. Mais, disse que a sensibilização é essencial, sendo que na sua acção diária, a Câmara Municipal procura atacar os pequenos focos de deposição de resíduos detectados, removendo-os. Tomou boa nota das localizações apontadas pela autarca. Quanto aos *graffiti* em edifícios públicos afirmou que a actuação municipal é quase imediata, constituindo, assim, um desincentivo, todavia, é difícil a

responsabilização dos jovens autores, maior parte deles, por idade, inimputáveis, tendo-se procurado a consciencialização dos pais. _____

— Passou, então, à situação no acesso aos cuidados de saúde primários contemplada na intervenção do **Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão**, para confirmar que a situação de doença da médica que servia o posto de saúde daquela freguesia se mantém, não se antevendo o seu regresso próximo e que há que exigir ao Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria o cumprimento do compromisso já assumido, seja o da colocação de um médico, três vezes por semana até à contratação de um médico substituto. Acrescentou que para a resolução da situação no Porto Alto está em curso a contratação de médicos através de empresa de prestação de serviços nessa área. _____

— Continuando a abordar a questão da saúde, respondeu ao solicitado pela autarca **Catarina Matos**, dando a conhecer que foi contratado um médico para Benavente para reforço do Serviço de Atendimento Permanente, durante o período da tarde, não havendo notícias recentes de faltas. Vai obter informação mais detalhada relativa à avaliação do serviço neste período do dia. Mais, informou que entre as vinte e as oito horas o serviço continua a ser garantido pela Santa Casa da Misericórdia de Benavente, não tendo conhecimento de que perdure a existir significativa transferência de utentes do horário de funcionamento antecedente. _____

— Retomando os assuntos versados na intervenção do **Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, o Presidente da Câmara Municipal** referiu-se aos problemas da distribuição postal na freguesia em causa, considerando que a Junta de Freguesia, órgão autárquico, representativo das populações locais tem inteira legitimidade para colocar os problemas que lhe chegaram, tal como acontece com a Câmara Municipal, sendo que assim que, mediante o cumprimento do dever de cooperação, o Executivo Municipal conheceu os problemas, priorizou a sua resolução. E deliberou ouvir os responsáveis locais pelos CTT – Correios de Portugal, S.A., os quais veicularam inexistirem quaisquer reclamações escritas. Após conversação alcançou-se uma metodologia de trabalho a aplicar concretamente, visando a avaliação do grau de satisfação das pessoas na prestação do serviço. Apelou para que os interlocutores e parceiros mais próximos das populações, nomeadamente os órgãos autárquicos, façam chegar as situações problemáticas ao conhecimento da

Câmara Municipal. Por fim, entendeu que as leituras políticas que nestes casos cabem são unicamente aquelas que respeitem o sentido de serviço público às populações que deve pautar a actuação de cada eleito local. _____

— Passou a responder a **Bernardo Serra**, afirmando que a situação de maus cheiros relatada também tem sido sentida em Benavente, sendo que a mesma tem origem nos trabalhos nos campos que ocorrem por esta altura do ano, os quais implicam o espalhamento de matéria orgânica que não é de imediato recoberta, sendo problema recorrente. Assim, a Câmara sempre que estas situações não conformes são detectadas tem solicitado a intervenção do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana, Destacamento Territorial de Coruche. —

— Acerca da matéria abordada pela autarca **Sónia Ferreira** informou que o Executivo Municipal tem estado sempre atento à problemática da sinistralidade rodoviária, questionando e pressionando a actuação das entidades públicas responsáveis, tendo, há poucas semanas, sido apresentado um projecto que visa a melhoria das condições de circulação segura na Estrada Nacional Cento e Dezoito, prevendo-se a reformulação dos troços urbanos – excluindo-se a ligação do limite urbano do Porto Alto à Estrada Nacional Cento e Dezanove – Santo Estêvão, por não ser ainda possível –, a criação de faixas de segurança e de ultrapassagem segura. Mais, entendeu a Câmara Municipal solicitar reunião urgente à Direcção Regional das Estradas de Portugal, IP. _____

— Teve, em seguida, lugar a leitura de todos os documentos feitos chegar à Mesa para discussão e votação no Período de Antes da Ordem do Dia, a saber: **1.º Saudação às Comemorações Dignas dos 500 Anos do Foral da Vila de Samora Correia**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **2.º Saudação ao músico João Miguel Barradas, natural do Município, pela conquista do Campeonato Nacional de Acordeão Júnior Variette, equacionando-se o apoio através de uma bolsa de estudo**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **3.º Saudação ao Vinte e Cinco de Abril**, apresentada pelos autarcas do Partido Socialista; **4.º Recomendação referente a acção pública de esclarecimento incidente sobre a empresa intermunicipal AR – Águas do Ribatejo – E.I.M.**, dos autarcas do Partido Socialista; **5.º Moção respeitante ao reforço das acções de patrulhamento e fiscalização da Estrada Nacional Cento e**

Dezoito, em face da elevada sinistralidade que regista, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária e **6.º Saudação ao 1.º de Maio**, apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal. —————

— Os **documentos** acima identificados como **1.º, 2.º e 5.º**, incluso, não foram objecto de discussão, tendo sido todos votados e **aprovados por unanimidade**. ———

— Sobre o **documento** indicado como **3.º** intervieram os autarcas **Carlos Pauleta**, da Coligação Democrática Unitária, **Margarida Netto**, do Centro Democrático Social/Partido Popular e **Dora Morgado**, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, todos considerando que o mesmo não continha qualquer matéria a sujeitar a votação do plenário, não apresentando qualquer propósito deliberativo explícito. Ao que o autarca **Bernardo Serra**, na qualidade de proponente, **pediu à Mesa a transformação do documento em Saudação**, no que foi secundado por **Nelson Lopes**, este por entender que compete a todos e a cada um dos cidadãos reabilitar a democracia que considerou gravemente afectada nos dias de hoje, devendo existir mais denúncia das situações violadoras dos seus valores. Por fim, foi novamente dada a palavra ao autarca **Carlos Pauleta** que se referiu à suas memórias e vivências da época do Vinte e Cinco de Abril de Mil Novecentos e Setenta e Quatro, para concluir que entendia que o documento continha, antes, um conjunto de opiniões ou ideias dos seus proponentes, algumas das quais lhes cabem em exclusivo, devendo ser considerada como intervenção. Após o que foi votado, tendo sido **aprovado, por maioria, com cinco votos a favor, dos autarcas do Partido Socialista e do Presidente da Mesa da Assembleia e dezanove abstenções, dos restantes autarcas presentes**. —————

— O **documento** identificado como **4.º** foi sujeito à discussão, tendo usado da palavra os autarcas **Margarida Netto, Sónia Ferreira, Carlos Pauleta e Nelson Lopes**. Os três primeiros autarcas consideraram que o teor do documento não constituía Moção, nem sequer Recomendação, possuindo teor de intervenção. **Nelson Lopes** apresentou escusa de discussão e votação por ser trabalhador remunerado da AR – Águas do Ribatejo, E.I.M. —————

— **Os proponentes solicitaram à Mesa a transformação do documento em recomendação, no que o seu Presidente anuiu**. Os autarcas da Coligação Democrática Unitária requereram à Mesa da Assembleia cinco minutos de intervalo para discussão do respectivo sentido de voto, o que foi concedido e cumprido. ———

—Ainda antes da votação, **Joaquim Cabeça**, do Partido Socialista, um dos proponentes, esclareceu que o teor do documento não visava ser um ataque pessoal, antes pretendendo-se o esclarecimento e a transparência nas questões indicadas. —

—Mais, foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que afirmou estar profundamente indignado com a intervenção concreta do Partido Socialista, essencialmente pelo seu enquadramento. Entendeu que o enquadramento é comungável, não pela AR – Águas dos Ribatejo, E.I.M., mas antes pela generalidade das empresas públicas nacionais, em que o Partido Socialista tem sérias responsabilidades, essas sim que comprovadamente servem clientelas, possuem gestões ruinosas, traduzíveis em dívidas que somam dezenas de milhares de euros, não sendo prestadas contas a ninguém. Ao contrário, a criação da empresa intermunicipal em causa resultou de razões de natureza exclusivamente objectiva, ou seja, a viabilidade de acesso a fundos comunitários na área do Ambiente. Mais, o problema consiste em que a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M. é alternativa às Águas de Portugal. Esclareceu, ainda, que a esmagadora maioria do pessoal da empresa intermunicipal foi cedido pelos Municípios que a integram, por interesse público, sendo que acresce-lhes a super-estrutura e o quadro intermédio. Apresentou inteira disponibilidade para esclarecer as questões suscitada. —

— Após o que o **documento 4.º** foi votado, por vinte e três autarcas, tendo sido **rejeitado por maioria, com quatro votos a favor, dos autarcas do Partido Socialista e dezanove votos contra, dos restantes autarcas presentes.** —

— Sobre o **documento** assinalado como **6.º**, para o discutir, intervieram os autarcas **Dora Morgado, Margarida Netto e Nelson Lopes: a primeira**, afirmou o desejo dos autarcas do Partido Social Democrata festejarem o 1.º de Maio, todavia, discordavam da referência a sistemas económico-políticos constante do documento, pelo que votariam contra; **a segunda** fez reparo de idêntico teor, solicitando a disponibilidade dos proponentes para a eliminação da referência em causa; **o terceiro**, exercendo o direito individual à opinião pessoal, considerou que existem actualmente poucos motivos para festejos, quando a própria Administração Pública contrata trabalhadores precariamente, através de *outsourcing*, devendo a palavra *festejar* ser substituída pela a palavra *lutar*, e as palavras serem substituídas pelas acções, por medidas de cidadania activa, sobretudo em face das últimas ameaças aos direitos adquiridos dos

trabalhadores anunciadas pelo Governo, em nome do cumprimento do Programa Estabilidade e Convergência. Não tendo a Mesa anuído na alteração do teor do documento propostas, foi o mesmo posto a votação, **tendo sido aprovado por maioria, como seis votos contra, dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e do Centro Democrático Social/Partido Popular, cinco abstenções, dos autarcas do Partido Socialista e de um autarca da Coligação Democrática Unitária e treze votos a favor, dos restantes autarcas da Coligação Democrática Unitária.**

— Concluídas as respostas aos autarcas, o **Presidente da Assembleia** abriu o **Período de Intervenção do Público**, sendo que interveio o **munícipe João Martins**, reportando-se à abordada questão da elevada sinistralidade rodoviária na Estrada Nacional Cento e Dezoito, atribuindo-a, entre outros, ao desrespeito das regras de trânsito e à falta de recursos com que se debatem as autoridades policiais locais. —

— **Iniciou-se o Período da Ordem do Dia.**

— **PONTO 1 – ATRIBUIÇÃO DE GARAGENS AOS MORADORES DA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO PORTÃO DE FERRO, EM BENAVENTE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE HASTA PÚBLICA NA VENDA DOS RESPECTIVOS LOTES:**

— Dada a palavra ao **Presidente do Executivo Municipal**, este explicitou a proposta em discussão, dando a conhecer os antecedentes históricos referentes à venda, em hasta pública, por parte da Câmara, de lotes de terrenos destinados à construção de habitação própria permanente, uns em regime de propriedade plena e outro em regime de direito de superfície, na denominada Quinta do Portão de Ferro, em Benavente. E, bem assim, os processos que a tal data se iniciaram de atribuição informal de lotes para construção de garagens a alguns dos residentes no local. Referiu tratar-se, agora, de proceder à regularização jurídica destas últimas situações, impondo-se o pedido de dispensa de realização de hasta pública, pela situação de facto sedimentada impossibilitar o recurso à mesma.

— **Não se registaram intervenções dos autarcas.**

— **Assim foi a proposta em causa colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.**

— **PONTO 2 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE BENAVENTE, SAMORA CORREIA E SANTO ESTEVÃO PARA A PRÁTICA DE**

ACTOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL – Pedido de autorização, nos termos da alínea s) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: —————

— **O Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para apresentar as propostas em causa, salientando que todo o processo inerente teve como pressuposto o diálogo com as Juntas de Freguesia em causa, objectivando-se consensos, incluso na própria Câmara Municipal. —————

— **Inscreveram-se para discutir** o presente ponto, os autarcas **Vânia Castanheiro, Ricardo de Oliveira e Nelson Lopes**. **A primeira** questionou quanto à viabilidade de, no que respeita à vigência dos protocolos, ser contemplada a sua revisão anual, enquanto momento e forma de avaliação do cumprimento dos mesmos, nomeadamente no que respeita à reponderação eventual de recursos humanos, financeiros e técnicos. **O segundo** afirmou que os critérios adoptados foram os adequados, informando que a Junta de Freguesia já havia aprovado a proposta de delegação de competências, estando convencido que o mesmo iria suceder em Assembleia de Freguesia. **O terceiro** realçou algumas das novidades que as propostas em causa apresentam, contudo, opinou que a harmonização de valores encontrada para as diversas freguesias, em respeito das economias de escala, não respeita as diferentes realidades vivenciadas nas diversas freguesias, alertando, ainda, com explicitação de casos concretos, para os valores exorbitantes, e para si ilegais, que a Direcção de Santarém das Estradas de Portugal faz cobrar pela emissão dos seus pareceres obrigatórios e vinculativos em sede dos processos de licenciamento da publicidade, prática dissonante de outras levadas a cabo por diferentes direcções regionais da mesma entidade pública. —————

— **O Presidente do Executivo Municipal** retomou a palavra para responder aos autarcas intervenientes. Assim, afirmou que apenas circunstâncias especiais implicarão a revisão dos protocolos de delegação de competências nas juntas de freguesia, uma vez que o seu teor está perspectivado para o seu período de vigência, isto é, para os quatro anos do mandato dos órgãos autárquicos. Mais, disse que existe sempre uma enorme dificuldade em fixarem-se valores distintos para as diversas freguesias e o que no caso concreto foi feito foi um estudo prévio de mercado, nomeadamente quanto às áreas verdes, sendo que todos os valores garantem a todas as juntas de freguesia a viabilidade da gestão. Quanto à

problemática da publicidade afirmou não conhecer em pormenor a questão, contudo, assumiu informar-se acerca da possibilidade de intervenção da Câmara, apenas admitindo que a Estradas de Portugal não pode ter práticas diversas em cada uma das suas direcções regionais. _____

— Para esclarecimento desta última questão pediu a palavra **Hélio Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia** que informou ter solicitado reunião ao Director de Estradas de Santarém, por entender que a dupla taxação que se verifica não faz qualquer sentido, a qual, em sua opinião, resulta da circunstância da sucessão de leis no tempo em matéria de Publicidade não ter acautelado expressamente a revogação de normas jurídicas datadas de mil novecentos e setenta e um que prevêm a competência legal das Estradas de Portugal no licenciamento da colocação de *tabuletas* junto a estradas nacionais sob a sua jurisdição. Da reunião havida, com a presença de jurista da Direcção de Santarém não resultou qualquer inflexão no sentido da actuação daquela entidade pública, tendo-lhe sido veiculado que assim se actuava pela existência de instruções directas superiores, emanadas dos serviços centrais. Mais, informou que no início do processo de delegação das competências municipais em matéria de publicidade para as juntas de freguesia houve, sobre este assunto, um contacto com o Gabinete Jurídico da Câmara que veiculou parecer similar ao das Estradas de Portugal. _____

— Em face do que usou novamente da palavra **Nelson Lopes** para sugerir ao Executivo Municipal que contactasse as empresas locais afectadas pela prática administrativa em causa, a fim de se inteirar do estado de coisas e, eventualmente, ponderar a instauração de acção judicial contra a Direcção de Estradas de Santarém da Estradas de Portugal, IP. _____

— **Finda a discussão, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos sujeito a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.** _____

— **PONTO 3 – ADAPTAÇÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BENAVENTE AO PROTOVT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo) / PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** – Para tomada de deliberação que considere sem efeito a alteração por adaptação anteriormente aprovada em sessão extraordinária de dez de Março de dois mil e dez, uma vez que o texto da alínea a) do número quatro do artigo trigésimo segundo, da alínea a) do número quatro do artigo trigésimo sétimo e do número seis do mesmo artigo do Regulamento

do Plano Director Municipal de Benavente, publicado no Diário da República, de 18 de Março de dois mil e dez, extrapola o âmbito de adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo; Para apreciação e eventual aprovação da nova proposta, nos termos das disposições conjugadas do número um do artigo septuagésimo nono do Decreto-Lei número trezentos e oitenta barra noventa e nove, de vinte e dois de Setembro e da alínea b) do número três do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: _____

— O **Presidente da Câmara Municipal** explicitou as propostas em causa remetendo para o teor das mesmas, vertidas na documentação de apoio ao presente ponto da Ordem de Trabalhos, realçando estar em causa uma exigência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo posterior à antecedente deliberação da Assembleia Municipal. _____

— **Não se registaram intervenções dos autarcas.** _____

— **Assim, foram as propostas em causa colocadas a votação, tendo sido aprovadas ambas, por unanimidade.** _____

— **PONTO 4 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE** – Apreciação e eventual aprovação, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro e do número três do artigo quinto da Lei número Doze-A barra dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro: _____

— O **Presidente da Câmara Municipal** mencionou entender que a documentação de apoio era suficiente à sua compreensão, passando a enunciar os postos de trabalho em causa que constituem necessidades permanentes, bem como os números aproximados de aposentações que ocorrerão este ano. _____

— Interveio o autarca **Bernardo Serra** para manifestar que entende não possuir informação suficiente de apoio para a discussão do presente ponto, indo abster-se, pelo que solicitou, também, que a documentação fosse remetida aos membros da Assembleia com maior antecedência, uma vez que para a presente sessão só a recepcionou no passado dia vinte e sete de Abril. _____

— **Concluída a discussão, foi a proposta de alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Benavente posta a votação, tendo sido aprovada, por**

maioria, com quatro abstenções, dos autarcas do Partido Socialista e vinte votos a favor, dos restantes autarcas presentes.

— PONTO 5 – CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS –

Apreciação e eventual autorização para a repartição de encargos pelos anos económicos de dois mil e dez, dois mil e onze, dois mil e doze e dois mil e treze, nos termos do número seis do artigo vigésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho:

— Concedida a palavra ao **Presidente do Executivo Municipal** enquadrou o assunto do presente ponto da Ordem de Trabalhos, informando que a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo deliberou, em representação dos municípios que a integram, abrir o concurso público em título, buscando economias de escala, à semelhança doutras áreas que têm sido trabalhadas. Mais, informou que cada Município ficou de tomar as deliberações inerentes, sendo que a Câmara Municipal já deliberou favoravelmente sobre as matérias da sua competência legal, devendo agora haver deliberação do órgão deliberativo para efeitos de autorização para a repartição plurianual dos encargos financeiros em causa.

— **Não se registaram intervenções dos autarcas.**

— **Assim, foi a proposta em causa colocada a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.**

— PONTO 6 – INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONSTITUTIVOS DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E NOVE –

Apreciação, nos termos da alínea c) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção introduzida pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro:

— O **Presidente do Executivo** reportou-se ao documento em apreciação, afirmando que o mesmo traduz, no essencial, a realidade patrimonial municipal, ressaltando que existe um conjunto de bens do domínio público que não foi incluído, por dificuldades sérias de avaliação, nomeadamente os referentes às redes viárias, havendo que pugnar pela contratação de empresa privada especializada para assessoria técnica neste trabalho, problema que é comum à generalidade dos Municípios.

— Na discussão do presente ponto **intervieram os autarcas Joaquim Cabeça e Dora Morgado**. O **primeiro** afirmou ser bastante difícil formar opinião acerca do documento, uma vez que apesar de terem sido cumpridos os prazos regimentais, a sua extensão implicaria que a remessa da documentação aos autarcas fosse antecipada. A **segunda** lamentou não ter ainda sido conseguido o trabalho de inventariação dos bens do domínio público, aguardando a referida contratualização. —

— **Assim se concluiu a apreciação, pela Assembleia, do documento em título.** —

— **PONTO 7 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E NOVE** – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção introduzida pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro: —

— Dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** este evidenciou, quanto à execução orçamental em dois mil e nove, as elevadas taxas de execução da receita e da despesa, indicando os respectivos números absolutos. Mencionou, ainda, o montante do saldo de gestão apurado, o qual ficou um pouco aquém da previsão feita. Relativamente às Grandes Opções do Plano indicou a taxa de realização, situada perto dos sessenta e cinco por cento, informando dos respectivos números absolutos. Quanto ao Orçamento da Receita situou-a em cerca de vinte e dois milhões de euros sobrelevando as receitas correntes, acima dos quinze milhões de euros e as de capital, rondando os seis milhões de euros. Referiu, também, a taxa de execução, fixando-a em oitenta e três vírgula cinquenta e cinco por cento. Quanto às receitas correntes informou que foram executadas em cerca de noventa e quatro por cento, número próximo da previsão feita e influenciado pelo decréscimo das receitas referentes aos impostos directos, em especial ao Imposto Municipal Sobre Transmissões. Concretizou quanto às receitas de capital, para salientar que a opção foi a de que fossem previstos em orçamento do investimento todos os montantes contratualizados em sede do Quadro de Referência Estratégico Nacional, registando a execução de cerca de noventa por cento, na área da Educação, contudo, nas restantes área a taxa de concretização baixou significativamente porquanto o Governo não aprovou os respectivos investimentos. Sobre o Orçamento da Despesa, considerou que o equilíbrio orçamental corrente foi garantido, todavia, verificou-se que apesar de menor, o montante das despesas correntes aproximou-se bastante do das

receitas correntes, implicando uma menor poupança corrente face à previsão feita. Analisou, em especial, as despesas com o pessoal, evidenciando que o seu montante foi menor que o previsto, sublinhando está, em todo o caso, muito aquém dos limites de encargos com o pessoal previstos no já revogado Decreto-Lei número cento e dezasseis barra oitenta e quatro. Reportou-se ao montante dos passivos activos e ao limite do endividamento municipal que situou em cerca de dezasseis milhões de euros, abordando a já conhecida questão da penalização injusta que a pretendida regra do endividamento líquido “0” significa para os municípios que têm escrupulosamente cumprido com o limite em causa, caso de Benavente. —————

— Em jeito de conclusão, afirmou que globalmente a boa saúde financeira do município mantém-se, ressaltando, contudo, as sérias preocupações existentes, adivinhando-se no futuro dias difíceis, implicando o acompanhamento diário da entrada de receitas nas tesourarias municipais. Deu a conhecer os indicadores do Município constantes do recente Anuário Financeiro de Dois Mil e Oito da Universidade do Minho, não havendo registos negativos, bem como que o Tribunal de Contas havia aprovado já a conta de gerência do ano anterior. Sinalizou, ainda, as recomendações/reparos do Fiscal Único respeitantes a situações que apesar de não serem ilegais, são técnicas e serão corrigidas já no próximo exercício orçamental. —

— **Não se registaram intervenções dos autarcas.** —————

— **Assim, foram os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de dois mil e nove aprovados, por maioria, com dez abstenções, cinco dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, quatro, dos autarcas do Partido Socialista e uma da autarca do Centro Democrático Social/Partido Popular.** —————

— **PONTO 8 – PROPOSTAS DE REVISÃO (I) AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + AMR) PARA O ANO FINANCEIRO DE DOIS MIL E DEZ** – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: —————

— O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou as propostas em discussão, evidenciando os valores em causa e sublinhando que se pretende definir algumas verbas que se encontravam “não definidas” em orçamento com o saldo do ano anterior, bem como com receita do Quadro de Referência Estratégico Nacional relativamente a

projectos co-financiados para equipamentos de energias renováveis e para diminuição de emissões de Co₂. Mais, informou que se verifica uma diferença de cerca de duzentos e vinte e sete mil euros que irá procurar-se definir, se necessário com acesso a empréstimo bancário. Afirmou existir a expectativa de existir uma II Revisão ao Orçamento durante o mês de Setembro, caso até lá estejam reunidas as inerentes condições. Referiu, ainda, existirem algumas dificuldades na aprovação dos projectos no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, já que o Governo decidiu acolher algumas das necessárias alterações de gestão denunciadas pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, visando o aligeiramento, a desburocratização e a celeridade da estrutura de gestão existente, aguardando-se mudanças. _____

— **Não se registaram intervenções dos autarcas.** _____

— **Assim, foram as propostas em título aprovadas, por unanimidade.** _____

— **PONTO 9 – ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL**

– Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, nos termos da alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: _____

— Concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, este reportou-se à situação financeira actual do Município, vincando que está a ser feito o acompanhamento próximo da execução orçamental, tendo-se verificado nos três primeiros meses do ano, ao contrário do expectável, um acréscimo de receita, em cerca de quatro por cento, essencialmente no que respeita ao Imposto Municipal Sobre Transmissões, o que indicia alguma retoma do mercado imobiliário local. Mais, afirmou que no final do corrente mês haverão dados seguros sobre a situação financeira, não sendo expectável existirem dificuldades de tesouraria nos primeiros seis meses do ano. _____

— Mais, deixou algumas preocupações. _____

— Primeiro, todos os projectos que estavam previstos serem apoiados pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais e pelo Programa Operacional Potencial Humano, sendo que o único dos equipamentos sociais em causa aprovado é o do Centro de Recuperação Infantil de Benavente. Explicou que integra a Comissão de Acompanhamento deste último Programa, sendo que no último relatório indicava-se que todas as verbas estariam comprometidas, registando-se uma taxa de execução de

zero por cento, situação apenas ultrapassável se existir reforço de verbas que permita a aprovação condicionada. Antevêem-se, assim, sérias dificuldades na concretização dos investimentos municipais nas áreas sociais, as quais correspondem a necessidades básicas que têm que ser respondidas e que integram o projecto de desenvolvimento do Município. _____

— Depois, referiu-se ao ponto de situação do processo de revisão do Plano Director Municipal, informando que em Março último teve lugar reunião entre o Presidente da Câmara e os vereadores municipais da oposição, todos detentores deste pelouro municipal, e o Doutor Carlos Pina, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Regional de Lisboa e Vale do Tejo, pessoa que em breve presidirá a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão, substituição que sabe que constituirá uma mais valia, pelo conhecimento da sua personalidade e espírito de serviço público. Nessa ocasião objectivou-se que a Câmara Municipal deve responder a parecer daquela Comissão, no que respeita à Carta da Reserva Ecológica Nacional, preparando documento a ser debatido em reunião já agendada para o próximo dia quinze de Junho do corrente ano, envolvendo todas entidades públicas competentes. Apresentou, ainda, a proposta de calendarização para o processo. Afirmou que os três membros do Executivo que partilham o pelouro em causa têm trabalhado harmoniosamente, não sendo expectáveis dificuldades acrescidas e assumiu o compromisso de, assim que a proposta de ordenamento com a definição dos parâmetros urbanísticos estiver finalizada serão envolvidos no processo a competente Comissão Permanente da Assembleia Municipal e os Presidentes das Juntas de Freguesia, tendo até lá de ser guardada confidencialidade no processo, por forma a não serem criadas falsas expectativas. _____

— Informou, por fim, que haverá a necessidade de realização de uma sessão extraordinária da Assembleia já em Maio, em cuja ordem de trabalhos será integrado o Projecto de Regulamento das Taxas Municipais, bem como Proposta de Alteração ao Plano Director Municipal que já mereceu parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. _____

— **Inscreveram-se para discutir** o presente ponto, os autarcas **Nelson Lopes e Carlos Pauleta**. _____

— **Nelson Lopes** abordou os seguintes temas: _____

— - Congratulação pela manifestação de solidariedade para com o Povo Madeirense, protagonizada pela Câmara Municipal, ao deliberar atribuir ajuda em espécie, no valor de cinco mil euros, através da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; —————

— - Saudação pela adesão do Município ao Programa *Fruta Escolar*; —————

— - Saudação pela adesão do Município ao Programa *Biodiversity for All*, permitindo o levantamento dos locais de interesse e a participação activa na protecção do património natural único integrado no Município de Benavente; —————

— - Comunicação ao plenário da ordem de trabalhos da última reunião da Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Benavente, incidente sobre a análise do Relatório de Actividades de Dois Mil e Nove e do Plano de Actividades para Dois Mil e Dez, destacando a ligação com o Plano Saúde e dando a conhecer que nas Feiras Anuais de Benavente e de Samora Correia vão ocorrer acções de contacto com o público em geral; —————

— - Congratulação pela participação dos alunos da Universidade Sénior do Concelho em acções públicas institucionais, nomeadamente nos desfiles do Vinte e Cinco de Abril; —————

— - Ponto de situação sobre o realojamento de vinte e uma famílias ao abrigo do PROHABITA, questionando se existe plano alternativo a esta possibilidade, conhecendo que no Município existem, pelo menos, duzentas famílias carenciadas a este nível; —————

— - Alerta para situação verificada na Rua Cândido dos Reis, em Samora Correia, quanto aos constrangimentos criados pela permissão de estacionamento, ainda não se encontrando concretizada, mediante sinalização devida, a já deliberada proibição de estacionamento, com evidentes prejuízos para comerciantes e moradores. —————

— **Carlos Pauleta** referiu-se à correspondência remetida pelo Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria e pela Autoridade de Saúde Regional de Lisboa e Vale do Tejo, salientando que a solução indicada por esta última entidade não garante a substituição da médica afecta ao serviço do posto de saúde de Santo Estêvão. —————

— O **Presidente da Câmara Municipal**, respondendo às intervenções, começou por referir que o programa *Fruta Escolar* se revelou um grande sucesso. Quanto ao realojamento de famílias carenciadas esclareceu que realizou-se reunião com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, tendo sido afirmada a falta de verbas,

sequer estando previstas em Orçamento de Estado, sendo situação preocupante, uma vez que as necessidades em causa permanecem. O plano alternativo existe e é o acompanhamento das famílias pelos serviços sociais municipais, as que surgem, cada vez, em maior número, porque o desemprego as afecta e não conseguem cumprir com as obrigações inerentes à sua habitação, procurando-se solucionar em concreto as suas necessidades. Quanto à alertada situação na Rua Cândido do Reis, em Samora Correia, informou que foi elaborado um estudo de ordenamento do trânsito que sujeito a inquérito público não mereceu o acolhimento maioritário dos moradores e comerciantes locais, estando em curso a sua reanálise para se encontrar rapidamente solução consensual, conciliadora dos interesses gerais e dos interesses dos moradores. Acerca da apontada correspondência recebida das entidades públicas responsáveis em matéria do acesso a cuidados de saúde primários no Município mencionou o compromisso alargado – entre Ministra da Saúde, Autoridade Regional de Saúde, Agrupamento dos Centros de Saúde e Município – alcançado de contratação de empresa externa para garantia de consulta de recurso, em Santo Estêvão. Informou que para o Porto Alto serão contratadas externamente vinte e cinco horas semanais de trabalho médico, garantindo a prestação de serviços diária. Mais, informou que dois médicos com família em Benavente e que actualmente prestam serviço na Madeira disponibilizaram-se a vir trabalhar para o Município, assim obtenham as necessárias autorizações das competentes entidades da Região Autónoma, pedidos que irão formalizar, no que a Câmara Municipal os apoiará. ———

— **Seguidamente, o Presidente da Assembleia dispensou a presença dos membros da Câmara Municipal, deu por terminada a discussão da Ordem do Dia e anunciou que se iria proceder-se à votação da minuta de deliberação dos Pontos Três, Quatro, Cinco, Sete e Oito da Ordem de Trabalhos, as quais foram aprovadas, por unanimidade.** —————

— Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente sessão, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de Abril de dois mil e dez, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente Acta, que apreciada por todos os membros, foi posta a votação e aprovada, por unanimidade, sendo rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal. —————

A Primeira Secretária

O Presidente,

A Segunda Secretária
